

# ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário .....	VII
Apresentação da 43ª edição .....	IX
Apresentação .....	XI

## Teoria Geral do Direito Processual Civil

### Parte I – Noções Fundamentais

#### Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

##### § 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais.....	6
2 – Definição .....	6
3 – Natureza .....	7
4 – Relações com outros ramos do Direito .....	7
5 – Objetivo .....	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil .....	9

##### § 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens .....	12
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia .....	12
8 – O processo civil romano .....	12
9 – Processo comum .....	14
10 – O processo civil moderno (fase científica) .....	15
11 – Direito processual civil brasileiro.....	15
12 – Regulamento nº 737 .....	16
13 – Códigos estaduais .....	17
14 – Códigos unitários.....	17
15 – O novo Código .....	18
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil .....	18

##### § 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais .....	21
17 – Lei processual .....	21
18 – A lei processual no tempo .....	22
19 – A lei processual no espaço .....	23
20 – Interpretação das leis processuais .....	24

##### § 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais .....	27
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal .....	27
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo .....	28
24 – Princípio do contraditório .....	29
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição .....	30
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual .....	31
27 – Princípio da verdade real .....	31

28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade .....	32
29 – Princípio da publicidade .....	33
30 – Princípio da economia processual .....	33
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão .....	34

## Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

### § 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica .....	38
33 – Justiça privada e justiça pública .....	38
34 – Jurisdição .....	38
35 – Características da jurisdição .....	40
36 – Imparcialidade e disponibilidade .....	41
37 – Objetivo da jurisdição .....	42
38 – Princípios fundamentais .....	43
39 – Jurisdição civil .....	43
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária .....	44
41 – Substitutivos da jurisdição .....	45
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva .....	45

### § 6º – Processo

42 – Conceito .....	49
43 – Processo e procedimento .....	49
44 – Autonomia do processo .....	51
45 – Espécies de processo .....	52
46 – Funções do processo .....	52
47 – Independência dos processos .....	53
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas .....	54
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência .....	55
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória .....	55

### § 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça .....	58
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional .....	58
50 – Autonomia do direito de ação .....	59
51 – A evolução do conceito de ação .....	59
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional .....	61
52 – Condições da ação .....	61
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação .....	62
54 – Pressupostos processuais .....	68
55 – Classificação das ações .....	69
55-a – Ação e pretensão .....	70
55-b – Ação e causa .....	71
55-c – Elementos identificadores da causa .....	72
56 – A defesa do réu .....	73
57 – Espécies de resposta .....	74

## Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

## § 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo .....	76
59 – A relação processual .....	76
60 – Classificação dos elementos do processo .....	77

## § 9º – Efeitos da Relação Processual

61 – Noções gerais .....	79
62 – Direitos processuais .....	79
63 – Obrigações processuais .....	79
64 – Deveres processuais .....	79
65 – Ônus processuais .....	80

## Parte II – Sujeitos do Processo

## Capítulo IV – Partes e Procuradores

## § 10 – Partes

66 – Partes .....	84
67 – Nomenclatura .....	85
68 – Substituição processual .....	85
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso) .....	87
70 – Capacidade processual .....	87
71 – Capacidade processual das pessoas casadas .....	88
72 – Curatela especial .....	90
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais .....	90
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação .....	92

## § 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores

75 – Deveres .....	94
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001 .....	94
76 – Responsabilidade das partes por dano processual .....	96
76-a – Direitos .....	97
76-b – Direito especial dos litigantes idosos .....	97

## § 12 – Despesas e Multas

77 – Ônus financeiro do processo .....	100
78 – Antecipação das despesas .....	100
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo .....	101
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência .....	102
81 – Sucumbência recíproca .....	103
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais .....	103
83 – Multas .....	104
84 – Honorários de advogado .....	104
85 – Cabimento dos honorários .....	104
86 – Inoperância da sucumbência .....	105
87 – Fixação dos honorários .....	106
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários .....	107
89 – Execução dos honorários .....	108
90 – Assistência judiciária .....	108

§ 13 – Advogados	
91 – Capacidade de postulação .....	112
92 – O mandato judicial .....	112
93 – Direitos e deveres .....	113
§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores	
94 – Substituição de parte .....	116
95 – Substituição do advogado .....	116
<b>Capítulo V – Pluralidade de Partes</b>	
§ 15 – Litisconsórcio	
96 – Pluralidade de partes .....	120
97 – Classificações .....	120
98 – Espécies de litisconsórcio .....	120
99 – Sistema do Código .....	122
100 – Casos legais de litisconsórcio .....	122
101 – Litisconsórcio necessário .....	123
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação .....	124
103 – Litisconsórcio facultativo recusável .....	126
104 – Posição de cada litisconsorte no processo .....	126
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais .....	128
§ 16 – Intervenção de Terceiros	
106 – Conceito .....	130
107 – Classificações .....	130
§ 17 – Oposição	
108 – Conceito .....	133
109 – Competência .....	134
110 – Procedimento .....	134
111 – Julgamento da oposição .....	135
§ 18 – Nomeação à Autoria	
112 – Conceito .....	138
113 – Pressuposto da nomeação à autoria .....	138
114 – Procedimento .....	138
114-a – Recurso .....	139
§ 19 – Denúnciação da Lide	
115 – Conceito .....	142
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano .....	142
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide .....	145
116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide .....	146
117 – Objetivo do incidente .....	146
118 – Legitimação .....	146
119 – Procedimento .....	147
120 – Efeitos da denúnciação da lide .....	148
120-a – Recursos .....	150
120-b – Execução da sentença .....	150
121 – Denúnciações sucessivas .....	151

§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito .....	156
123 – Casos de admissibilidade do incidente .....	156
124 – Procedimento .....	157
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor .....	158
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil .....	158

§ 21 – Assistência	
125 – Conceito .....	161
126 – Pressupostos da intervenção .....	161
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial .....	162
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial .....	163
129 – Procedimento .....	163
130 – Poderes e ônus processuais do assistente .....	164
130-a – Assistência provocada .....	165
130-b – O recurso de terceiro prejudicado .....	166

## Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público	
131 – Conceito .....	170
132 – Funções .....	170
133 – Natureza .....	171
134 – Ministério Público como parte .....	171
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i> .....	172
136 – Ausência do Ministério Público no processo .....	173
137 – Órgãos do Ministério Público .....	173
138 – Princípios e garantias .....	173

## Capítulo VII – Juízes

§ 23 – Competência	
139 – Conceito .....	176
140 – Distribuição da competência .....	176
141 – Classificação da competência .....	177

§ 24 – Competência Internacional	
142 – Noções gerais .....	179
143 – Espécies de competência internacional .....	179
144 – Competência concorrente e litispendência .....	180

§ 25 – Competência Interna	
145 – Noções gerais .....	182
146 – Competência em matéria civil .....	183
147 – Competência da Justiça Federal .....	183
148 – Competência das Justiças Estaduais .....	184

§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades .....	187
150 – Competência do foro e competência do juiz .....	188
151 – Divisão da competência do foro .....	188
152 – Cumulatividade de juízos competentes .....	188
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	188

§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa .....	191
155 – Competência em razão da matéria .....	191
§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito .....	193
157 – Classificação .....	193
§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito .....	195
159 – Foro comum .....	195
160 – Foros subsidiários ou supletivos .....	196
161 – Foros especiais .....	196
162 – Ações reais imobiliárias .....	196
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência .....	197
164 – Foro da União e dos Territórios Federais .....	198
165 – Foros <i>ratione personae</i> .....	199
166 – Foro das pessoas jurídicas .....	200
166-a – Foro dos Estados e Municípios .....	200
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações .....	201
168 – Foro relativo à arbitragem .....	202
168-a – Foro do idoso .....	202
§ 30 – Modificações da Competência	
169 – Competência absoluta e competência relativa .....	204
170 – Prorrogação de competência .....	205
171 – Prorrogação legal .....	205
172 – Efeito prático .....	206
173 – Prevenção .....	207
174 – Outros casos de prorrogação legal .....	208
175 – Conexão entre ação penal e ação civil .....	209
176 – Prorrogação voluntária .....	210
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública .....	212
§ 31 – Declaração de Incompetência	
177 – Verificação de competência .....	214
178 – Exceção de incompetência .....	214
179 – Incompetência absoluta .....	215
§ 32 – Conflito de Competência	
180 – Noções gerais .....	217
181 – Procedimento do conflito .....	218
182 – Efeitos do conflito .....	219
Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça	
§ 33 – Organização Judiciária	
183 – O Poder Judiciário Brasileiro .....	222
184 – Duplo grau de jurisdição .....	224
185 – Jurisdição extraordinária .....	224
186 – Competência .....	225
187 – Disciplina da magistratura .....	225

§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes .....	227
189 – Requisitos de atuação do juiz .....	227
190 – Garantias da magistratura .....	228
191 – Poderes e deveres do juiz .....	228
191-a – Atividade criativa do juiz .....	230
192 – Responsabilidade do juiz .....	231
193 – Garantia de imparcialidade do juiz .....	231
194 – Casuísmo legal .....	232
194-a – Juiz testemunha .....	232
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido .....	233
§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O júfzo .....	235
197 – Escrivão .....	235
198 – Oficial de justiça .....	236
199 – Perito .....	237
200 – Depositário e administrador .....	238
201 – Intérprete .....	238
202 – Outros auxiliares eventuais .....	239

### Parte III – Atos Processuais

#### Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito .....	244
204 – Agentes .....	245
205 – Atos do processo e atos do procedimento .....	245
206 – Classificação dos atos processuais .....	246
207 – Forma dos atos processuais .....	247
208 – Publicidade .....	248
209 – Meios de expressão .....	249
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados .....	249
§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação .....	252
211 – Eficácia dos atos das partes .....	253
212 – Petições e autos suplementares .....	253
213 – Cotas marginais e lineares nos autos .....	253
§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz .....	255
215 – Atos decisórios .....	255
216 – Definições legais .....	255
217 – Decisão interlocutória .....	256
218 – Despachos .....	257
219 – Sentença .....	257
220 – Atos não-decisórios .....	258
221 – Forma dos atos decisórios .....	259

§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais .....	261
223 – Autuação .....	262
224 – Termos processuais .....	262
225 – Forma dos termos .....	262

## Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo .....	266
227 – Feriados e férias forenses .....	267
228 – O lugar .....	268
§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais .....	271
230 – Classificação .....	271
231 – Natureza dos prazos .....	272
232 – O curso dos prazos .....	273
233 – Contagem dos prazos: termo inicial .....	274
234 – Prazos para recurso .....	276
235 – Termo final .....	277
236 – Preclusão .....	278
237 – Prazos para as partes .....	278
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares .....	279
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública .....	279
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários .....	280
241 – Inobservância de prazo da parte .....	280
242 – Inobservância dos prazos do juiz .....	281

## Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo	
243 – Intercâmbio processual .....	284
244 – Forma dos atos de comunicação .....	284
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo .....	284
246 – Requisitos das cartas .....	285
247 – Cumprimento das cartas .....	285
248 – Cartas urgentes .....	286
249 – Custas nas cartas .....	286
250 – Cartas rogatórias .....	286

§ 43 – Citação	
251 – Conceito .....	288
252 – Suprimento da citação .....	288
253 – Destinatário da citação inicial .....	289
254 – Local da citação .....	290
255 – Impedimento legal de realização da citação .....	290
256 – Modos de realizar a citação .....	290
257 – Citação por oficial de justiça .....	290
258 – Citação com hora certa .....	292
259 – Citação pelo Correio .....	293
260 – Citação por edital .....	294



261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital .....	295
262 – Efeitos da citação .....	296
263 – Prevenção .....	296
264 – Litispendência .....	296
265 – Litigiosidade .....	297
266 – Mora .....	297
267 – Prescrição .....	297
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição .....	298

#### § 44 – Intimações

269 – Conceito .....	300
270 – Forma .....	300
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça .....	301
272 – Aperfeiçoamento da intimação .....	302
273 – Intimação em audiência .....	303
274 – Intimação por edital ou com hora certa .....	304
275 – Efeitos da intimação .....	304
275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público .....	304

### Capítulo XII – Outros Atos Processuais

#### § 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa

276 – Noções introdutórias .....	308
277 – Registro .....	308
278 – Distribuição .....	308
279 – Distribuição por dependência .....	309
279-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001 .....	309
280 – Valor da causa .....	310
281 – Impugnação ao valor da causa .....	311

### Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

#### § 46 – Nulidade

282 – Conceito .....	314
283 – Espécies de vícios do ato processual .....	314
284 – Atos inexistentes .....	314
284-a – Noção de nulidade .....	315
285 – Atos absolutamente nulos .....	315
286 – Atos relativamente nulos .....	316
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual .....	317
288 – Sistema de nulidade do Código .....	317
289 – Nulidades cominadas pelo Código .....	318
290 – Nulidades da citação e intimação .....	319
291 – Arguição das nulidades .....	319
292 – Momento da arguição .....	320
293 – Decretação de nulidade .....	320
294 – Efeitos da decretação .....	321

### Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

### Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

#### § 47 – Introdução

295 – Noções gerais .....	326
---------------------------	-----

## § 48 – Formação do Processo

296 – O processo .....	328
297 – Sujeitos da relação jurídica processual .....	328
298 – Início do processo .....	330
299 – Formação gradual da relação processual .....	330
300 – Estabilização do processo .....	331
301 – Alteração do pedido .....	331
302 – Alterações subjetivas .....	331

## § 49 – Suspensão do Processo

303 – Conceito .....	334
304 – Os casos de suspensão do processo .....	334
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual .....	335
306 – Suspensão por convenção das partes .....	336
307 – Suspensão em razão de exceção .....	336
308 – Suspensão por prejudicialidade .....	337
309 – Prejudicialidade e conexão .....	337
310 – Suspensão por motivo de força maior .....	338
311 – Outros casos legais de suspensão .....	339
312 – Férias e suspensão do processo .....	339

## § 50 – Extinção do Processo (I)

313 – Encerramento da relação processual .....	342
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito .....	342
315 – Indeferimento da inicial .....	343
316 – Abandono da causa .....	343
317 – Ausência de pressupostos processuais .....	344
318 – Perempção .....	345
319 – Litispendência e coisa julgada .....	345
320 – Condições da ação .....	346
321 – Convenção de arbitragem .....	347
322 – Desistência da ação .....	348
323 – Intransmissibilidade da ação .....	348
324 – Confusão entre autor e réu .....	349
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito .....	349
326 – Iniciativa da extinção do processo .....	349
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível .....	350

## § 51 – Extinção do Processo (II)

327 – Extinção do processo com julgamento do mérito .....	352
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido .....	352
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu .....	353
330 – Transação .....	353
330-a – Retratação e rescisão de transação .....	354
331 – Prescrição e decadência .....	355
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação .....	356
332 – Renúncia ao direito .....	357

## Processo de Conhecimento

### Parte V – Processo e Procedimento

#### Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição	
333 – Processo .....	364
334 – Procedimento .....	364
335 – Procedimentos no processo de cognição .....	364
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária .....	365
337 – Esquema do procedimento ordinário .....	366
338 – Fases do procedimento ordinário .....	366
339 – Fase postulatória .....	367
340 – Fase sancadora .....	367
341 – Fase instrutória .....	367
342 – Fase decisória .....	368
342-a – Adequação do Procedimento .....	368
§ 53 – Procedimento Sumário	
343 – Causas de rito sumário .....	372
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário .....	372
344 – Outras causas de procedimento sumário .....	375
345 – Indisponibilidade do rito sumário .....	375
346 – O procedimento .....	376
347 – A petição inicial e seu despacho .....	377
348 – A citação e a resposta do réu .....	377
349 – Audiência de conciliação .....	379
349-a – Audiência de instrução e julgamento .....	381
350 – Revelia .....	381
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência .....	382
352 – Direito intertemporal .....	382

### Parte VI – Procedimento Ordinário

#### Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial	
353 – Petição inicial .....	388
354 – Requisitos da petição inicial .....	388
355 – Despacho da petição inicial .....	390
356 – Casos de indeferimento da petição inicial .....	391
357 – Extensão do indeferimento .....	392
358 – Efeitos do despacho da petição inicial .....	392
§ 55 – O Pedido	
359 – Petição inicial .....	394
360 – Pedido .....	394
361 – Requisitos do pedido .....	394
362 – Pedido concludente .....	395
363 – Pedido genérico .....	395

364 – Pedido cominatório .....	396
365 – Pedido alternativo .....	397
366 – Pedidos sucessivos .....	397
367 – Pedido de prestações periódicas .....	397
368 – Pedido de prestação indivisível .....	398
369 – Pedidos cumulados .....	398
370 – Espécies de cumulação de pedidos .....	399
371 – Interpretação do pedido .....	400
372 – Aditamento do pedido .....	400
372-a – Modificação do pedido .....	401
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento .....	401
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias .....	404
372-d – A efetivação da tutela antecipada .....	406
372-e – Tutela antecipada parcial .....	407
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu .....	410
374 – A resposta do réu .....	410
375 – Espécies de defesa .....	411
376 – Defesa processual .....	411
377 – Defesa de mérito .....	412
378 – Reconvenção .....	412
379 – Síntese .....	413
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito .....	415
381 – Conteúdo e forma da contestação .....	415
382 – Ônus da defesa especificada .....	416
383 – Preliminares da contestação .....	417
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares .....	418
385 – Réplica ou impugnação do autor .....	419
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito .....	421
387 – Prazo .....	421
388 – Efeito da exceção .....	422
389 – Exceção de incompetência. Cabimento .....	423
390 – Procedimento .....	423
391 – Exceções de impedimento e de suspeição .....	423
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito .....	428
393 – Pressupostos da reconvenção .....	428
394 – Procedimento .....	430
394-a – Reconvenção sem contestação .....	432
395 – Extinção do processo principal .....	432
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia .....	434
397 – Os efeitos da revelia .....	434
398 – Alteração do pedido .....	436
399 – Reconhecimento da procedência do pedido .....	437

## Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito .....	440
401 – Réplica do autor .....	440
402 – Revelia e provas .....	441
403 – Intervenção do Ministério Público .....	441
404 – Ação declaratória incidental .....	441
405 – Outras providências preliminares .....	443
§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito .....	445
407 – Extinção do processo .....	445
408 – Julgamento antecipado da lide .....	446
408-a – Audiência preliminar .....	447
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador .....	452
410 – Cabimento .....	452
411 – Conteúdo .....	453
412 – Efeito preclusivo .....	453
413 – Formas do despacho saneador .....	454

## Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova	
414 – Conceito .....	456
415 – Características da prova .....	457
416 – Objeto da prova .....	457
417 – Finalidade e destinatário da prova .....	458
418 – Valoração da prova .....	459
419 – O sistema do Código .....	460
420 – Poder de instrução do juiz .....	460
421 – Ônus da prova .....	462
422 – Sistema legal do ônus da prova .....	462
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor .....	463
423 – Convenção sobre ônus da prova .....	464
424 – Meios de prova .....	464
424-a – Prova por presunção .....	465
425 – Procedimento probatório .....	465
426 – Instrução através de carta .....	467
427 – Dever de colaboração com a Justiça .....	467
§ 65 – Depoimento Pessoal	
428 – Conceito .....	469
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal .....	469
430 – Legitimação para o depoimento .....	469
431 – Objeto do depoimento pessoal .....	470
432 – Procedimento .....	470
§ 66 – Confissão	
433 – Conceito .....	473

434 – Requisitos da confissão .....	473
435 – Classificações .....	474
436 – Efeitos da confissão .....	474
437 – Indivisibilidade da confissão .....	475
438 – Valor da confissão extrajudicial .....	476
§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa	
439 – Conceito .....	478
440 – Oportunidade da medida .....	478
441 – Legitimação .....	478
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte .....	479
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro .....	480
§ 68 – Prova Documental	
444 – Conceito .....	485
445 – Força probante dos documentos .....	485
446 – Documentos públicos .....	486
447 – Documentos particulares .....	487
448 – Valor probante do documento particular .....	488
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos .....	489
450 – Livros comerciais .....	490
451 – Reprodução de documentos particulares .....	491
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos .....	492
453 – Documentos viciados em sua forma .....	492
454 – Falsidade documental .....	493
455 – Espécies de falsidade .....	493
456 – Ônus da prova .....	495
457 – O incidente de falsidade .....	495
458 – Procedimento do incidente de falsidade .....	496
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade .....	498
459 – Produção da prova documental .....	498
460 – Desentranhamento de documentos .....	500
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito .....	503
462 – Valor probante das testemunhas .....	503
463 – Direitos e deveres da testemunha .....	505
464 – A produção da prova testemunhal .....	508
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001) .....	511
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito .....	513
466 – Admissibilidade da perícia .....	514
467 – O perito .....	515
468 – O procedimento da prova pericial .....	516
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico .....	519
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial .....	519
469 – Valor probante da perícia .....	519
470 – Nova perícia .....	521
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito .....	523
472 – Procedimento .....	523

§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência .....	526
474 – Características da audiência .....	526
475 – Atos preparatórios .....	528
476 – Adiamento da audiência .....	528
477 – Antecipação de audiência .....	530
478 – Conciliação .....	530
479 – Procedimento da conciliação .....	532
480 – Instrução e julgamento .....	532
481 – Documentação da audiência .....	534

## Capítulo XIX – Fase Decisória

§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo .....	538
483 – Conteúdo e finalidade do processo .....	538

§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária .....	541
485 – Natureza da sentença definitiva .....	542
486 – Função da sentença definitiva .....	543
486-a – Função da sentença terminativa .....	543

§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença .....	546
488 – Relatório .....	546
489 – Motivação .....	547
490 – Dispositivo da sentença .....	548
491 – Condições formais da sentença .....	548
492 – Clareza .....	549
493 – Precisão .....	549
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer .....	550
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa .....	552
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência .....	553
494 – Publicação e intimação da sentença .....	553
495 – Efeitos da publicação .....	554
496 – Correção e integração da sentença .....	555
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i> .....	555
496-b – Interpretação da sentença .....	557

§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações .....	560
498 – Sentenças declaratórias .....	561
499 – Sentenças condenatórias .....	561
500 – Sentença constitutiva .....	562
501 – Momento de eficácia da sentença .....	562
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença .....	563

§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito .....	565
504 – Entrega da prestação jurisdicional .....	565
505 – Hipoteca judiciária .....	566
506 – Outros efeitos secundários da sentença .....	566

§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código .....	569
507-a – Coisa julgada administrativa .....	570
508 – Coisa julgada formal e material .....	570
508-a – Terminologia do julgamento de mérito .....	572
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada .....	573
510 – Arguição da coisa julgada .....	574
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada .....	575
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada .....	575
511 – Preclusão .....	576
§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos .....	580
513 – Motivos da sentença .....	581
514 – Verdade dos fatos .....	583
515 – Questões prejudiciais .....	584
516 – Questões implicitamente resolvidas .....	584
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário) .....	586
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário .....	587
518 – Limites subjetivos .....	589
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas .....	590
519 – Causas de estado .....	592
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuvimentos .....	593
520-a – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso .....	593
521 – Execução forçada e coisa julgada .....	595

## Parte VII – Recursos

### Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos	
522 – Conceito .....	600
523 – Fundamento do direito de recurso .....	601
524 – Atos sujeitos a recurso .....	601
525 – Recursos admissíveis .....	602
526 – Correição parcial .....	603
526-a – A técnica de julgamento dos recursos .....	604
526-b – <i>Reformatio in pejus</i> .....	605
§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos	
527 – Duplo grau de jurisdição .....	607
528 – Legitimação para recorrer .....	607
528-a – Particularidades do recurso de terceiro .....	608
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer .....	609
530 – Pressupostos objetivos do recurso .....	609
531 – Recorribilidade da decisão .....	609
532 – Tempestividade .....	610
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado .....	611
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso .....	613
534 – Singularidade do recurso .....	613
535 – Adequação do recurso .....	613
536 – Preparo .....	614



537 – Motivação e forma .....	615
537-a – Efeitos do recurso .....	616
537-b – Efeito substitutivo .....	616
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos .....	617
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença .....	618
540 – Recurso adesivo .....	618
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau .....	619
540-a-1 – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo posterior à sentença .....	621
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator .....	621
§ 82 – A Apelação	
541 – Conceito .....	624
542 – Interposição da apelação .....	625
543 – Efeitos da apelação .....	625
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação .....	629
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito .....	629
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515 .....	630
543-a-3 – Prescrição e decadência .....	632
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação .....	633
544 – Recebimento da apelação .....	633
545 – Deserção .....	634
546 – Prazo para interposição da apelação .....	636
547 – Julgamento em segunda instância .....	636
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito .....	639
549 – Espécies de agravo .....	639
550 – Agravo retido .....	640
550-bis – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo retido .....	641
550-a – Agravo posterior à apelação .....	642
550-b – Agravo retido no procedimento sumário .....	643
551 – Agravo de instrumento .....	643
552 – Efeitos do agravo de instrumento .....	644
553 – Processamento do agravo de instrumento .....	645
553-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do processamento do agravo de instrumento .....	647
554 – O contraditório .....	648
554-a – Outras observações sobre o novo regime do agravo de instrumento .....	649
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo .....	650
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito .....	653
556 – Processamento .....	654
557 – Embargos adesivos .....	655
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes .....	655
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes .....	656
557-c – Legitimação para embargar .....	657
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito .....	660
559 – Pressupostos dos embargos de declaração .....	660

560 – Procedimento.....	661
561 – Efeito interruptivo .....	661
561-a – Efeito suspensivo .....	662
562 – Embargos manifestamente protelatórios .....	663
§ 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista .....	667
564 – Uniformização da jurisprudência .....	667
565 – Pressupostos do incidente .....	667
566 – Legitimação para a provocação do incidente .....	668
567 – Apreciação do incidente .....	668
568 – Súmula jurisprudencial .....	669
568-a – Súmula vinculante .....	669
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Inrôito .....	672
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal .....	672
571 – Recurso extraordinário .....	673
572 – Pressupostos do recurso extraordinário .....	674
573 – Função do recurso extraordinário .....	674
574 – Efeitos do recurso extraordinário .....	675
575 – Processamento do recurso extraordinário .....	675
575-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o processamento do recurso extraordinário e do recurso especial .....	677
575-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544 .....	677
576 – Poderes do Relator .....	678
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça .....	679
576-b – Recurso especial .....	679
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial .....	684
576-d – Relevância da questão federal (CF de 1967 – EC nº 1, de 17.10.1969 e EC nº 7, de 13.04.1977) e repercussão geral da questão constitucional (CF 1988 – EC nº 45, de 08.12.2004) ..	684
576-d-1 – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça .....	685
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça .....	686
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal .....	687
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ .....	688
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido .....	689
576-i – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal .....	691
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos	
577 – Posição do novo Código .....	695
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos .....	695

## Parte VIII – O Processo nos Tribunais

### Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais	
579 – Duplo grau de jurisdição .....	700
580 – Competência dos tribunais .....	700
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais .....	700
582 – Casos de competência originária dos tribunais .....	701
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil .....	703
584 – O funcionamento dos tribunais .....	703

585 – O sistema de julgamento dos tribunais .....	704
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais .....	706
§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira	
586 – A eficácia da sentença estrangeira .....	710
587 – O sistema nacional .....	710
588 – A homologação da sentença estrangeira .....	711
589 – Natureza da decisão homologatória .....	711
590 – O procedimento .....	712
591 – A execução .....	713
§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade	
592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro .....	715
593 – Regulamentação legal .....	715
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais .....	716
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade .....	716
596 – Iniciativa de arguição .....	716
597 – Momento da arguição .....	716
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente .....	717
599 – O julgamento da arguição .....	717
§ 92 – Ação Rescisória	
600 – Conceito .....	721
601 – Pressupostos .....	722
602 – Casos de admissibilidade da rescisória .....	725
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I) .....	725
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II) .....	726
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III) .....	727
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III) .....	727
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV) .....	728
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V) .....	728
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI) .....	729
610 – Documento novo (art. 485, VII) .....	730
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII) .....	731
612 – Erro de fato (art. 485, IX) .....	731
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória .....	732
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso .....	733
614 – Legitimação .....	735
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> .....	736
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa .....	736
617 – A execução da sentença rescindenda .....	737
618 – Indeferimento da inicial .....	738
619 – Procedimento .....	738
620 – Natureza e conteúdo da decisão .....	739
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé .....	740
621 – Rescisória de rescisória .....	742
622 – Prazo de propositura da ação rescisória .....	743
623 – Sentença nula de pleno direito .....	745
Bibliografia .....	749
Índice Onomástico .....	757
Índice Alfabético de Assuntos .....	761
Índice dos Fluxogramas .....	783

Sumário.....	V
Apresentação da 41ª edição.....	IX
Apresentação da 39ª edição.....	XI
Apresentação da 38ª edição.....	XIII
Apresentação .....	XV

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença  
Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

§ 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença	
624 – Introdução .....	1
625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo .....	2
626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica .....	4
627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno .....	6
628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i> .....	7
629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias .....	7
630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro .....	8
631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 .....	9
632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i> .....	11
633 – Conclusões .....	12
634 – Direito intertemporal .....	15

§ 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória

635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados .....	17
636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças .....	19
636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória .....	20
636-a-1 – Tutela interdital como padrão .....	23
636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor .....	23
636-c – Sucumbência .....	24

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 95 – Noções Introdutórias	
637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer .....	25
638 – Execução específica e execução substitutiva .....	26

§ 96 – Técnicas Processuais

639 – Tutela específica .....	27
639-a – Tutela substitutiva .....	28
639-b – Medidas de apoio .....	29
639-c – A multa ( <i>astreinte</i> ) .....	30

639-d – Execução da multa .....	32
639-e – Obrigações de não fazer .....	33
639-f – Encerramento do processo .....	34

§ 97 – Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade

640 – Execução das prestações de declaração de vontade .....	35
640-a – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente .....	36
640-b – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade .....	38
640-c – Natureza jurídica da sentença .....	38

Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa

§ 98 – Noções Introdutórias

641 – Noção de obrigação de dar ( <i>entrega de coisa</i> ) .....	41
641-a – Execução específica e execução substitutiva .....	41

§ 99 – Técnica Processual

642 – Procedimento pós-sentença .....	43
643 – Tutela substitutiva .....	43
644 – Multa e outras medidas de apoio .....	44
645 – Obrigação genérica .....	44
646 – Retenção por benfeitorias .....	45

Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa

§ 100 – Noções Introdutórias

647 – Noção de obrigação por quantia certa .....	47
648 – Execução por quantia certa fundada em sentença .....	47
649 – Multa legal .....	48

§ 101 – Técnica Processual

650 – Requerimento do credor .....	50
651 – O procedimento executivo .....	50

§ 102 – Defesa do Devedor

652 – Impugnação do executado .....	52
653 – Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença .....	53
654 – Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz .....	58
655 – Regra especial para a impugnação ao excesso de execução .....	58
656 – Procedimento da impugnação .....	58
657 – Efeito da impugnação .....	58
658 – Instrução probatória .....	59
659 – Julgamento da impugnação .....	59

Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos

§ 103 – Enumeração Legal

660 – Noções introdutórias .....	61
660-a – Medidas preparatórias .....	62
660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira .....	62

660-c – Encerramento da execução de sentença .....	63
§ 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais	
661 – Sentença condenatória civil .....	64
662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória .....	66
663 – Sentenças de indenização por ato ilícito .....	68
663-a – Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento.....	70
664 – Pensionamento em salários mínimos .....	70
665 – Sentença penal condenatória .....	71
666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação .....	72
667 – Homologação de acordo extrajudicial .....	73
668 – Sentença arbitral .....	73
669 – Sentença estrangeira .....	73
670 – O formal de partilha .....	74
§ 105 – Particularidades de Alguns Títulos Executivos Judiciais	
671 – Condenações a prestações alternativas .....	76
672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	76
672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo .....	78
673 – Julgamento fracionado da lide .....	78
§ 106 – Execução Provisória e Definitiva	
674 – Noções introdutórias .....	80
675 – Fundamentos da execução provisória .....	80
676 – Execução de título extrajudicial embargada .....	81
677 – Situação do tema no Código .....	81
678 – Normas básicas da execução provisória .....	82
678-a – Incidentes da execução provisória .....	85
678-b – Processamento da execução provisória.....	85
678-c – Execução provisória por quantia certa.....	85
§ 107 – Competência	
679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença .....	87
679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença .....	87
679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa .....	88
679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral .....	88
679-d – Competência para execução civil da sentença penal .....	88
679-e – Competência internacional .....	89

## Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido

§ 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
680 – Sentença ilíquida .....	91
681 – Execução da sentença ilíquida .....	91
681-a – Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	92
682 – Casos de iliquidez da sentença .....	93
682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença .....	93
682-b – A liquidação e os honorários advocatícios .....	94
682-c – Limites da liquidação .....	95
682-d – Contraditório .....	95
682-e – Liqueidez parcial da sentença .....	96
682-f – Liquidação por iniciativa do vencido .....	96

682-g – Recursos .....	96
682-h – Liquidação frustrada .....	97
§ 109 – Procedimentos da Liquidação	
683 – Procedimentos possíveis .....	99
683-a – Liquidação por cálculo .....	99
683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos .....	100
683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva .....	101
683-d – Liquidação por arbitramento .....	102
683-e – Liquidação por artigos .....	102
683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação .....	103
683-g – Rescisão da decisão liquidatória .....	104
683-h – Direito intertemporal .....	105

## Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

### Capítulo XXVIII – Processo de Execução

§ 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada	
684 – Vias de execução .....	109
685 – O processo judicial .....	110
686 – Processo de conhecimento e processo de execução .....	110
686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento .....	111
686-b – Visão unitária da jurisdição .....	112
686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada .....	112
686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada .....	113
686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos .....	114
686-f – Meios de execução .....	114
686-g – Autonomia do processo de execução .....	115
686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução .....	116
686-i – Novos rumos da execução de sentença .....	117
686-j – A reforma da execução do título extrajudicial .....	117
686-l – Direito intertemporal .....	120
§ 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
687 – Princípios informativos do processo de execução .....	122
687-a – Princípio da realidade: toda execução é real .....	123
687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor .....	123
687-c – Princípio da utilidade da execução .....	123
687-d – Princípio da economia da execução .....	124
687-e – Princípio da especificidade da execução .....	124
687-f – Princípio dos ônus da execução .....	124
687-g – Princípio do respeito à dignidade humana .....	125
687-h – Princípio da disponibilidade da execução .....	125
687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo .....	126
687-j – Honorários advocatícios na desistência da execução .....	127
§ 112 – Formas de Execução e Atos de Execução	
688 – As várias formas de execução .....	129
688-a – Execução singular e execução coletiva .....	129
689 – Atos de execução .....	130

690 – Relação processual executiva .....	131
691 – A citação executiva .....	132
§ 113 – Execução Provisória e Definitiva	
692 – Procedimento da execução forçada .....	133
692-a – Observações sobre a petição inicial .....	134
692-b – Execução provisória de título extrajudicial.....	134

#### § 114 – Disposições Gerais

693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento .....	136
694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça .....	136

### Capítulo XXIX – Requisitos para realizar qualquer execução

#### § 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada

695 – Pressupostos processuais e condições da ação .....	139
696 – O título executivo .....	140
696-a – Função do título executivo .....	140
696-b – Efeito prático do título executivo .....	141
696-c – Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível .....	142
696-d – Formas dos títulos executivos .....	143
697 – O inadimplemento do devedor .....	144
697-a – O inadimplemento em contrato bilateral .....	145

### Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos

#### § 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução

698 – Elementos do processo executivo .....	147
---	-----

### Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)

#### § 117 – Partes. Legitimação Ativa

699 – Nomenclatura .....	149
700 – Legitimação ativa .....	149
701 – Legitimação ativa originária do credor .....	150
702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público .....	150
703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente .....	150
704 – Espólio .....	151
705 – Herdeiros e sucessores .....	152
706 – Cessionário .....	152
707 – Sub-rogado .....	153
708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante .....	154
709 – Terceiros interessados .....	154

#### § 118 – Legitimação Passiva

710 – Legitimação passiva .....	155
711 – Dívida e responsabilidade .....	155
712 – O devedor .....	156
713 – Espólio e sucessores .....	157
714 – O novo devedor .....	158
715 – Fiador judicial .....	159
715-a – Fiador extrajudicial .....	160



716 – Responsável tributário .....	161
717 – Revelia do devedor e curador especial .....	164
§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	
718 – Litisconsórcio .....	165
719 – Assistência .....	166
720 – Denúnciação da lide .....	166
721 – Chamamento ao processo .....	167
§ 120 – Processo Cumulativo	
722 – Cumulação de execuções .....	169
722-a – Cúmulo subjetivo .....	170

### Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)

§ 121 – O Órgão Judicial	
723 – Juízo competente para a execução .....	173
723-a – Execução de sentença .....	173
723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais .....	174
723-c – Competência para a execução fiscal .....	174
723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro .....	175
723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos .....	175

### Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 122 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exeqüíveis .....	177
724-a – Resquícios da execução pessoal .....	177
§ 123 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade .....	179
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor .....	180
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução .....	181
728 – Responsabilidade executiva secundária .....	181
729 – Excussão de bens do sucessor singular .....	182
730 – Excussão de bens do sócio .....	183
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica .....	184
732 – Bens do devedor em poder de terceiros .....	185
733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação .....	185
734 – Bens alienados em fraude de execução .....	186
735 – Casos de fraude de execução .....	187
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor .....	189
736-a – A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução .....	191
736-b – A posição do terceiro adquirente em face da execução .....	192
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção .....	193
738 – Excussão de bens do fiador .....	193
739 – Bens de espólio .....	194

### Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva .....	195

741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança .....	196
§ 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação .....	197
743 – Títulos cambiários e cambiariformes .....	198
744 – Duplicata .....	198
745 – Responsáveis cambiários .....	198
746 – Documento público ou particular .....	199
747 – Confissões de dívida .....	200
747-a – Contrato de abertura de crédito .....	200
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução .....	202
748-a – Execução hipotecária .....	204
748-b – Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel.....	205
749 – Classificação das garantias .....	206
750 – Seguros .....	207
751 – Rendas imobiliárias .....	207
752 – Encargo de condomínio .....	208
753 – Custas judiciais, emolumentos e honorários .....	209
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública .....	209
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título .....	211
756 – Títulos executivos definidos em outras leis .....	212
757 – Títulos estrangeiros .....	213

## Capítulo XXXV – Disposições Gerais

§ 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil .....	215
759 – Direito de preferência gerado pela penhora .....	215
759-a – Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	217
760 – A documentação da petição inicial .....	217
761 – Outras providências a cargo do credor .....	218
762 – Obrigações alternativas .....	218
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto .....	219
764 – Medidas acautelatórias .....	219
764-a – Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	219
764-b – Efeito da averbação.....	220
764-c – Abuso do direito de averbação .....	220
765 – Dívida sujeita à contraprestação .....	221
766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída .....	221
767 – Execução e prescrição .....	222
768 – Nulidades no processo de execução .....	223
769 – Imperfeição do título executivo .....	223
770 – Falta de título executivo .....	223
771 – Nulidade da execução fiscal .....	224
772 – Vício da citação .....	224
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo .....	225
774 – A arguição das nulidades .....	226
775 – A arrematação de bem gravado com direito real .....	226
775-a – Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor.....	227
776 – Execução realizável por vários meios .....	228
776-a – Peculiaridades da citação executiva .....	229

## Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

§ 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa	
777 – Conceito .....	231
778 – Entrega de coisa certa .....	232
779 – Procedimento .....	232
779-a – Cominação de multa diária .....	233
780 – Efeito dos embargos .....	234
781 – Alienação da coisa devida .....	234
782 – Execução da obrigação substitutiva .....	235
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção .....	235
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> .....	236
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02) .....	237
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa .....	237
784-c – Embargos de retenção .....	238
785 – Execução para entrega de coisa incerta .....	238
786 – Medidas de coerção e apoio .....	239

## Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
787 – O problema da execução das prestações de fato .....	243
788 – Fungibilidade das prestações .....	244
789 – <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação .....	244
790 – Distinções preliminares .....	246
791 – Princípios comuns .....	246
792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444 .....	247
793 – Execução das prestações fungíveis .....	247
794 – Realização da prestação fungível por terceiro .....	248
795 – Inadimplência do terceiro contratante .....	249
796 – Realização da prestação pelo próprio credor .....	249
796-a – O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 634 do CPC.....	250
797 – Autotutela prevista no novo Código Civil .....	251
798 – Execução das prestações infungíveis .....	252
799 – Execução das obrigações de não fazer .....	252
800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias .....	252

## Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

§ 129 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa .....	257
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados .....	258
803 – Espécies .....	259

## Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 130 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente .....	261
805 – Proposição .....	261
805-a – Procedimento da penhora e avaliação .....	263

806 – Arresto de bens do devedor não encontrado .....	263
806-a – Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	264
806-b – Redução da verba honorária.....	266

## Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

### § 131 – Penhora

807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa .....	269
808 – Natureza jurídica da penhora .....	270
809 – Função da penhora .....	271
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros .....	272
811 – Penhora de imóvel .....	274
812 – Averbação da penhora no registro imobiliário.....	276
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução .....	277

### § 132 – Objeto da Penhora

813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis .....	279
814 – Bens absolutamente impenhoráveis .....	280
814-a – Ressalva geral à regra da impenhorabilidade .....	285
814-b – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família .....	285
814-c – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal .....	286
815 – Bens relativamente impenhoráveis .....	287
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil .....	288
817 – Limites da penhora .....	290
817-a – Valor dos bens penhoráveis.....	291
818 – Escolha dos bens a penhorar .....	291
819 – A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar .....	292
820 – Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes .....	293
820-a – Penhora sobre os bens escolhidos pelo devedor.....	293
820-b – Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar.....	294
820-c – Situação dos bens a penhorar .....	295
821 – Bens fora da comarca .....	295

### § 133 – Realização e Formalização da Penhora

822 – Penhora pelo oficial de justiça .....	297
822-a – Penhora de bens em mãos de terceiro.....	298
822-b – Dificuldade na localização dos bens a penhorar .....	298
822-c – Frustração da diligência .....	298
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial .....	298
824 – Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão .....	299
825 – Intimação de penhora .....	300

### § 134 – Penhoras Especiais

826 – Particularidades da penhora de certos bens .....	302
826-a – Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira .....	302
826-b – Impenhorabilidade do saldo bancário.....	303
826-c – Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	304
826-d – Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento .....	304
826-e – Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa .....	305
826-f – Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não-devedor .....	306
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais .....	306

828 – Penhora de direitos e ações .....	307
829 – Penhora sobre créditos do executado .....	307
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado .....	308
831 – Penhora no rosto dos autos .....	309
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas .....	309
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos .....	309
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público .....	310
835 – Penhora de navio ou aeronave .....	311
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens .....	311

### § 135 – Alterações e Resgate da Penhora

837 – Modificações da penhora .....	312
837-a – Substituição da penhora.....	313
837-b – Substituição por iniciativa de qualquer das partes .....	314
837-c – Substituição por iniciativa do executado.....	314
837-d – Ausência de prejuízo para o exequente na substituição .....	315
837-e – Menor onerosidade para o executado.....	315
837-f – Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	316
838 – Remição da execução por quantia certa .....	316

### § 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados

839 – Depósito dos bens penhorados .....	318
840 – Escolha do depositário .....	318
840-a – Depósito dos bens imóveis .....	319
840-b – Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	319
840-c – Depósito em caso de penhora sobre jóias, pedras e objetos preciosos .....	319
841 – Função do depositário .....	320
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados .....	320
843 – Depositário comum e depositário administrador .....	321
844 – Responsabilidade do depositário .....	321
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva .....	321
846 – Prisão civil do depositário judicial .....	322

## Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

### § 137 – Expropriação

847 – Conceito .....	323
848 – Avaliação.....	324
848-a – O encarregado da avaliação.....	325
848-b – Laudo de avaliação .....	325
848-c – Dispensa da avaliação .....	326
848-d – Avaliação de bem imóvel.....	326
848-e – Avaliação e contraditório .....	327
848-f – Repetição da avaliação .....	327
848-g – Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva.....	328

### §138 – Adjudicação

849 – Introdução .....	330
850 – Conceito de adjudicação.....	330
851 – Requisitos da adjudicação .....	331
851-a – Depósito do preço .....	332
851-b – Legitimação para adjudicar.....	332
851-c – Adjudicação por credor .....	333

851-d – Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado .....	334
851-e – Prazo para a adjudicação.....	334
852 – Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	335
853 – Auto de adjudicação .....	336
853-a – Aperfeiçoamento da adjudicação .....	337
853-b – Carta de adjudicação .....	337
§ 139 – Alienação por iniciativa particular	
854 – As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular .....	338
855 – Formalização da alienação por iniciativa particular.....	339
856 – Carta de alienação.....	340
§ 140 – Alienação em hasta pública	
857 – Conceito de hasta pública e arrematação .....	341
858 – Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....	342
859 – Leilão e praça .....	343
860 – Editais e outras divulgações da hasta pública .....	343
861 – Intimação do devedor .....	344
861-a – Outras intimações .....	345
862 – Adiamento da hasta pública .....	346
863 – A hasta pública.....	346
864 – Legitimação para arrematar .....	347
865 – Forma de pagamento da arrematação .....	348
866 – Auto de arrematação.....	349
867 – Arrematação de imóveis .....	350
867-a – Oportunidade da proposta de arrematação a prazo.....	351
867-b – Requisitos mínimos da proposta .....	351
867-c – O cumprimento das prestações.....	351
868 – Perda de eficácia da arrematação.....	351
869 – Natureza da perda de efeitos da arrematação .....	355
870 – Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor .....	355
871 – Carta de arrematação.....	356
872 – Efeitos da arrematação .....	358
873 – Evicção e arrematação .....	359
874 – Vícios redibitórios .....	360
875 – Ação anulatória da arrematação.....	360
876 – Remição dos bens arrematados .....	361

## Capítulo XLII – Fase de Satisfação

§ 141 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor .....	363
877-a – Última etapa do processo de execução .....	364
§ 142 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro .....	365
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução .....	365
880 – Procedimento do concurso particular .....	366
§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado	
881 – Usufruto de móvel ou imóvel .....	368
882 – Efeitos do usufruto judicial .....	370

## Capítulo XLIII – Execução Contra a Fazenda Pública

§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
883 – Execução forçada contra a Fazenda Pública .....	375
883-a – Julgamento .....	376
884 – Exceções ao regime dos precatórios .....	377
885 – Execução por quantia certa fundada em sentença .....	378
886 – Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública	
Indireta .....	379
887 – Execução provisória .....	379
888 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários .....	380
888-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar .....	382
889 – Execução de obrigação de dar .....	382
890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública .....	382

## Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia .....	387
891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005) .....	387
892 – Averbação em folha de pagamento .....	388
893 – Prisão civil do devedor .....	388
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos .....	389
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733) .....	390
895-a – Execução provisória .....	390

## Parte XI – Oposição à Execução Forçada

## Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 146 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução .....	393
896-a – Outros meios impugnativos .....	394
896-b – Embargos e impugnação .....	395
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução .....	398
897-a – Classificação dos embargos do devedor .....	398
898 – Legitimação .....	399
898-a – Autonomia dos embargos de cada co-executado .....	400
899 – Competência .....	401
900 – Generalidades sobre o processamento dos embargos .....	402
900-a – Segurança do juízo .....	404
900-b – Prazo para propositura dos embargos do devedor .....	404
900-c – Litisconsórcio passivo e prazo para embargar .....	406
901 – Rejeição liminar dos embargos .....	406
902 – Procedimento .....	409
903 – A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	410
903-a – Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé .....	411
904 – Os embargos à execução e a revelia do embargado .....	411
905 – Efeitos dos embargos sobre a execução .....	413
905-a – Atribuição de efeito suspensivo aos embargos .....	414
905-b – Embargos parciais .....	414

905-c – Embargos de um dos co-executados .....	415
906 – Embargos fundados em excesso de execução .....	415
907 – Embargos à execução de sentença .....	415
908 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento .....	416
909 – Embargos de retenção por benfeitorias .....	417
910 – Embargos à execução de título extrajudicial .....	417
910-a – Arguição de nulidade da execução .....	418
910-b – Vícios da penhora e da avaliação .....	419
910-c – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	420
910-d – Retenção por benfeitorias .....	421
910-e – Defesas próprias do processo de conhecimento .....	422
911 – Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução .....	422
911-a – Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação .....	423
911-b – Legitimação para os embargos do art. 746 .....	424
911-c – Objeto dos embargos do art. 746 .....	425
911-d – A posição especial do arrematante .....	425
911-e – Litigância de má-fé nos embargos do art. 746 .....	426
911-f – Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados .....	426
911-g – Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746 .....	427
912 – Exceção de pré-executividade .....	427
912-a – Sucumbência na exceção de pré-executividade .....	429
§ 147 – Parcelamento forçado do crédito exequendo	
913 – Moratória legal .....	431
913-a – Requisitos para a obtenção do parcelamento .....	431
913-b – Procedimento do incidente .....	432
913-c – Indeferimento do parcelamento .....	433
913-d – Descumprimento do parcelamento .....	433
§ 148 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito .....	434
915 – Legitimação ativa .....	434
916 – Legitimação passiva .....	435
917 – Valor da causa .....	435
918 – Competência .....	436
919 – Oportunidade .....	436
920 – Julgamento e recurso .....	436
921 – Procedimento .....	436
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real .....	437
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro .....	437

## Parte XII – Insolvência Civil

### Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 149 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular .....	439
925 – Pressupostos da execução coletiva .....	440
926 – Efeitos da declaração de insolvência .....	442
927 – Características da execução coletiva .....	443
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil .....	443



§ 150 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo .....	445
930 – Caracterização da insolvência .....	446
§ 151 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação .....	448
932 – Insolvência requerida pelo credor .....	449
933 – Caráter facultativo da ação concursal .....	450
934 – Insolvência de cônjuges .....	450
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor .....	450
§ 152 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor .....	452
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio .....	453
§ 153 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência .....	456
§ 154 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência .....	457
§ 155 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa .....	459
941 – Atribuições do administrador .....	460
§ 156 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos .....	462
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo .....	463
944 – Quadro geral de credores .....	464
§ 157 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores .....	466
946 – Encerramento e suspensão do processo .....	467
947 – Saldo devedor .....	468
948 – Extinção das obrigações .....	468
§ 158 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil .....	471
950 – Pensão para o devedor .....	471
951 – Insolvência de pessoas jurídicas .....	472
951-a – Editais .....	472

### Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

#### Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 159 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução .....	477
953 – Casos de suspensão .....	478
954 – Suspensão provocada por embargos .....	478
955 – Suspensão prevista no art. 265, n <sup>os</sup> I a III .....	479
955-a – Suspensão por transação .....	479
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis .....	480
957 – Efeitos da suspensão .....	481

958 – Extinção da execução .....	481
959 – Extinção por satisfação do direito do credor .....	481
960 – Extinção por remissão da dívida .....	482
961 – Extinção por renúncia .....	482
962 – Outros casos de extinção da execução .....	482
963 – Sentença de extinção .....	483
964 – Coisa julgada .....	484

§ 160 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução .....	486
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes .....	486
967 – Casos de cabimento da apelação .....	487
968 – Casos de agravo de instrumento .....	487
969 – Efeitos dos recursos .....	488
969-a – Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação .....	488
970 – Causas de alçada .....	489

#### Parte XIV – Processo Cautelar

##### Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 161 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo .....	491
972 – Processo principal e processo cautelar .....	492
973 – A ação cautelar .....	493
974 – Medidas cautelares .....	493
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade .....	494
976 – Provisoriedade .....	495
977 – Revogabilidade .....	495
978 – Autonomia .....	496
979 – Classificação das medidas cautelares .....	497
980 – Classificação do direito positivo .....	498
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil .....	499
982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas .....	500
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória .....	500

§ 162 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar .....	502
984 – O <i>fumus boni iuris</i> .....	502
985 – <i>Periculum in mora</i> .....	503
986 – Oportunidade da providência cautelar .....	504
987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i> .....	504
988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i> .....	506

§ 163 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas .....	507
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica .....	508
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas .....	508
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas .....	508
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica .....	509
994 – Opção entre medida típica e medida atípica .....	510

995 – Aplicação prática de medidas atípicas .....	510
996 – Limites do poder geral de cautela .....	511

### Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

§ 164 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade .....	515
998 – Competência .....	516
999 – Competência e prevenção do juízo .....	516
1.000 – Competência cautelar em grau recursal .....	517
1.000-a – Intervenção de terceiros .....	519
§ 165 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar .....	520
1.002 – Provas .....	520
1.003 – Instrução do processo cautelar .....	521
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar .....	522

### Capítulo L – Procedimento

§ 166 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar .....	523
1.006 – Procedimentos cautelares .....	524
1.007 – Autuação própria .....	524
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares .....	524
1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual .....	526
§ 167 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial .....	527
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária .....	528
1.012 – Lide e seu fundamento .....	528
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão .....	529
1.014 – Provas a produzir .....	530
1.015 – O pedido .....	530
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido .....	530
§ 168 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento	
1.017 – A defesa do requerido .....	532
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção .....	532
1.019 – Revelia .....	533
1.020 – Audiência de instrução e julgamento .....	533
§ 169 – Medida Liminar e Contracautela	
1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i> .....	535
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar .....	536
1.023 – Contracautela .....	537

### Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 170 – Sentença Cautelar	
1.024 – Julgamento da pretensão cautelar .....	539
1.025 – Coisa julgada .....	539
1.026 – Limites da sentença .....	540

1.027 – Fundamentação .....	540
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios .....	540
§ 171 – Execução das Medidas Cautelares	
1.029 – Execução em matéria cautelar .....	543
1.030 – Figura unitária do processo cautelar .....	543
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução .....	544
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar .....	544

## Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 172 – Fungibilidade	
1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares .....	547
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar .....	547
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva .....	548
1.036 – Procedimento .....	548

§ 173 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo	
1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar .....	550
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal .....	550
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal .....	551
1.040 – Conclusão .....	551
1.041 – Suspensão do processo .....	552

§ 174 – Extinção da Medida Cautelar	
1.042 – Formas de extinção da medida cautelar .....	553
1.043 – Processamento da extinção .....	553
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia .....	554

§ 175 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar	
1.045 – Modificabilidade e revogabilidade .....	555
1.046 – Procedimento .....	555
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar .....	556

## Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar

§ 176 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação .....	557
1.049 – Agravo .....	557
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial .....	558

## Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 177 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente .....	559
1.052 – Liquidação e execução da indenização .....	560

## Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 178 – Arresto	
1.053 – Conceito .....	561
1.054 – Arresto e seqüestro .....	562
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto .....	562

1.056 – Prova de dívida líquida e certa .....	562
1.057 – Fundado receio de dano .....	563
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto .....	564
1.059 – Prova documental .....	564
1.060 – Justificação prévia .....	564
1.061 – Caução .....	564
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente .....	565
1.063 – Bens arrestáveis .....	566
1.064 – Legitimação para a ação de arresto .....	566
1.065 – Competência .....	566
1.066 – Procedimento .....	567
1.067 – Execução do arresto .....	567
1.068 – Depositário .....	568
1.069 – Suspensão da execução do arresto .....	568
1.070 – Efeitos do arresto .....	569
1.071 – Extinção do arresto .....	570
§ 179 – Seqüestro	
1.072 – Conceito .....	572
1.073 – Ação de seqüestro .....	572
1.074 – Procedimento .....	573
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro .....	573
1.076 – Cabimento do seqüestro .....	573
1.077 – Objeto do seqüestro .....	574
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro .....	574
1.079 – Casuísimo legal .....	575
1.080 – Receio de rixas e danificações .....	575
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando .....	576
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais .....	577
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro .....	577
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro .....	577
§ 180 – Caução	
1.085 – Conceito .....	580
1.086 – Classificação .....	580
1.087 – Cauções legais .....	581
1.088 – Cauções negociais .....	581
1.089 – Caução processual .....	581
1.090 – A ação de caução .....	581
1.091 – Objeto da caução .....	582
1.092 – Legitimação e competência .....	582
1.093 – Procedimento .....	583
1.094 – Cauções tipicamente cautelares .....	584
1.095 – Execução da sentença .....	584
1.096 – Caução às custas .....	584
1.097 – Reforço da caução .....	585
§ 181 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito .....	588
1.099 – Classificação .....	588
1.100 – Pressupostos .....	589
1.101 – Objeto .....	589
1.102 – Competência .....	589

1.103 – Procedimento .....	590
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais .....	590
§ 182 – Exibição	
1.105 – Conceito .....	593
1.106 – Ação de exibição .....	593
1.107 – Classificação .....	594
1.108 – Exibição incidental .....	594
1.109 – Ação cautelar exhibitória .....	595
1.110 – Exibição de coisas móveis .....	595
1.111 – Exibição de documentos .....	596
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial .....	596
1.113 – Procedimento da ação exhibitória contra parte .....	597
1.114 – Procedimento da ação exhibitória contra terceiro .....	599
1.115 – Eficácia da exibição .....	600
1.116 – Prevenção de competência .....	600
1.117 – Ação exhibitória e medida liminar .....	600
§ 183 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova .....	603
1.119 – Ação cautelar antecipatória .....	603
1.120 – Cabimento .....	604
1.121 – Oportunidade .....	605
1.122 – Objeto da antecipação de prova .....	606
1.123 – Competência .....	606
1.124 – Procedimento .....	606
1.125 – Sentença .....	607
1.126 – Valoração da prova antecipada .....	607
1.127 – Eficácia .....	607
1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i> .....	608
1.129 – Despesas processuais .....	608
1.130 – Destino dos autos .....	608
§ 184 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos .....	610
1.132 – Alimentos provisionais .....	610
1.133 – Cabimento e oportunidade .....	611
1.134 – Legitimação .....	612
1.135 – Competência .....	612
1.136 – Procedimento .....	613
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais .....	613
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais .....	614
1.139 – Outras ações de cunho alimentar .....	615
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos .....	615
1.141 – Execução .....	616
§ 185 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito .....	618
1.143 – Pressupostos .....	618
1.144 – Objetivo da medida .....	619
1.145 – Legitimação .....	619
1.146 – Procedimento .....	619
1.147 – O contraditório .....	620

1.148 – Sentença .....	621
1.149 – Eficácia .....	621
§ 186 – Justificação	
1.150 – Conceito .....	623
1.151 – Natureza jurídica .....	623
1.152 – Objetivo .....	624
1.153 – Competência .....	624
1.154 – Procedimento .....	624
1.155 – Julgamento da justificação .....	625
§ 187 – Protestos, Notificações e Interpeleções	
1.156 – Conceito .....	627
1.157 – Protesto .....	627
1.158 – Notificação .....	628
1.159 – Interpeleção .....	628
1.160 – Indeferimento do pedido .....	628
1.161 – Contraprotesto .....	629
1.162 – Procedimento .....	630
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos .....	631
§ 188 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação .....	633
1.165 – Natureza jurídica da medida processual .....	634
1.166 – Procedimento .....	634
1.167 – Sentença .....	635
1.168 – Execução .....	635
§ 189 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito .....	638
1.170 – Natureza da ação .....	638
1.171 – Legitimação .....	639
1.172 – Procedimento .....	639
1.173 – Sentença .....	640
1.174 – Efeitos .....	641
§ 190 – Atentado	
1.175 – Conceito .....	643
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil .....	643
1.177 – Cabimento .....	644
1.178 – Pressupostos do atentado .....	644
1.179 – Exame do casuísmo legal .....	644
1.180 – Legitimidade .....	646
1.181 – Competência .....	646
1.182 – Procedimento .....	646
1.183 – Sentença .....	647
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo .....	648
1.184-a – Perdas e danos .....	648
§ 191 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.185 – Protesto cambiário .....	650
1.185-a – Procedimento .....	651
1.185-b – Registro do protesto .....	651

1.185-c – Dúvidas do Oficial .....	651
1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor .....	652
§ 192 – Outras Medidas Provisórias	
1.186 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC .....	656
1.186-a – Procedimento .....	656

### Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

#### Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 193 – Noções Introdutórias	
1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material .....	659
1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro .....	660
1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade .....	661
1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro .....	663
1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência .....	665
1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02 .....	667
1.187-f – Conclusão .....	669

#### § 194 – Tutela Antecipada

1.188 – Intróito .....	670
1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela .....	672
1.188-b – Justificação da tutela antecipada .....	673
1.188-c – Conceito de tutela antecipada .....	674
1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais .....	676
1.188-e – Casos de antecipação de tutela .....	677
1.188-e-1 – Contestação parcial .....	678
1.188-f – Extensão .....	679
1.188-g – Pressupostos .....	680
1.188-h – Outros pressupostos .....	681
1.188-i – Momento ou oportunidade .....	681
1.188-j – Provisoriedade .....	683
1.188-l – Reversibilidade .....	683
1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público .....	684
1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada .....	685
1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada .....	686
1.188-p – Conclusão .....	687

#### § 195 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas

1.189 – Noção de antecipação de tutela .....	689
1.189-a – Requisitos da tutela antecipada .....	690
1.189-b – Natureza das providências antecipatórias .....	690
1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito .....	692
1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório .....	699
1.189-e – Conclusão .....	699

#### § 196 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias

1.190 – Jurisdição e execução .....	700
-------------------------------------	-----



1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução .....	701
1.190-b – Medidas cautelares .....	702
1.190-c – Execução das medidas cautelares .....	703
1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar .....	704
1.190-e – Tutela antecipatória .....	707
1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela .....	708
 § 197 – Necessidade de Não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	
1.191 – Intróito .....	710
1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela .....	712
1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela .....	714
1.191-c – Conclusão .....	717
 § 198 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela	
1.192 – Fontes da responsabilidade civil .....	718
1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil .....	720
1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias .....	723
1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução .....	726
1.192-d – Conclusão .....	728
 <i>Bibliografia</i> .....	 731
<i>Índice Onomástico</i> .....	747
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i> .....	751
<i>Índice dos Fluxogramas</i> .....	791

# ÍNDICE DA MATÉRIA

Apresentação da 43ª edição.....	XXV
---------------------------------	-----

## Procedimentos Especiais

### Parte XVI – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

#### Capítulo LVII – Procedimentos Especiais

§ 199 – Generalidades	
1.193 – Conceito.....	1
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais.....	2
1.195 – Técnicas de especialização procedimental.....	3
1.196 – Complementação das regras procedimentais.....	4
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais.....	5
1.198 – Erro na adoção do procedimento.....	5

#### Capítulo LVIII – Ação de Consignação em Pagamento

§ 200 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação	
1.199 – O direito de pagar.....	7
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor.....	8
1.201 – A ação de consignação em pagamento.....	8
1.202 – Histórico da consignação em pagamento.....	9
§ 201 – O Procedimento da Consignação em Pagamento	
1.203 – Natureza do instituto da consignação.....	10
1.204 – Natureza processual da ação de consignação.....	11
1.205 – Prestações passíveis de consignação.....	11
1.206 – Cabimento da consignação.....	12
1.207 – Liquidez da prestação devida.....	13
1.208 – Consignação principal e incidental.....	16
1.209 – Legitimação <i>ad causam</i> .....	17
1.210 – Competência.....	19
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida.....	20
1.212 – Oportunidade da consignatória.....	21
1.213 – Objeto da consignação.....	23
1.214 – Obrigação de prestações periódicas.....	24
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas.....	24
1.216 – Quebra da sequência de depósitos periódicos.....	25
1.217 – O procedimento especial da consignatória.....	26
1.218 – Obrigações alternativas e obrigações genéricas.....	27
1.219 – Valor da causa.....	27

1.220 – Resposta do demandado.....	28
1.221 – Comparecimento do credor para receber.....	28
1.222 – Não comparecimento e revelia do demandado .....	29
1.223 – Levantamento do depósito pelo devedor .....	30
1.224 – Contestação.....	31
1.225 – Matéria de defesa .....	31
1.226 – Complementação do depósito insuficiente .....	32
1.227 – Sentença.....	34
1.228 – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito .....	35
1.229 – Particularidades da consignação por dúvida .....	35
1.230 – A posição dos possíveis credores.....	36
1.231 – Resgate da enfiteuse.....	38
1.231-a – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios .....	38
1.231-b – A consignação de obrigação em dinheiro.....	40
1.231-c – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	41

### Capítulo LIX – Ação de Depósito

§ 202 – O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232 – Conceito e espécies de depósito.....	45
1.233 – Ação de depósito.....	46
1.234 – Histórico.....	47
1.235 – Natureza da ação.....	47
1.236 – Objeto da pretensão .....	48
§ 203 – O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237 – Pressupostos da ação .....	50
1.238 – Legitimação .....	51
1.239 – Competência .....	52
1.240 – Especialidade do procedimento.....	52
1.241 – Caráter expedito do procedimento .....	53
1.242 – Prisão civil .....	53
1.243 – Resposta do demandado.....	55
1.244 – Entrega da coisa .....	55
1.245 – Consignação do equivalente econômico.....	56
1.246 – Consignação da própria coisa.....	56
1.247 – Contestação.....	57
1.248 – Sentença e execução .....	58
1.249 – Outras providências executivas .....	59
1.250 – Depositário judicial .....	59
1.251 – Penhor mercantil, industrial e rural .....	60
1.252 – Alienação fiduciária em garantia .....	62

### Capítulo LX – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 204 – Títulos ao Portador	
1.253 – Tutela processual do título ao portador.....	65
1.254 – Títulos ao portador tuteláveis .....	65
§ 205 – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255 – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador.....	67
1.256 – Ação de reivindicação.....	67
1.257 – Ação de anulação e substituição.....	69
1.258 – Legitimação .....	69

1.259 – Competência .....	69
1.260 – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações) .....	70
1.261 – Justificação liminar .....	70
1.262 – Contestação .....	71
1.263 – Posição processual do devedor .....	72
1.264 – Sentença .....	72
1.265 – Ordem de substituição do título .....	74
1.266 – Destruição do título .....	74

### Capítulo LXI – Ação de Prestação de Contas

§ 206 – Generalidades	
1.267 – Conceito .....	79
1.268 – Ação de dar e ação de exigir contas .....	79
1.269 – Natureza jurídica .....	80
1.270 – Cabimento .....	81
1.271 – Legitimação e interesse .....	83
1.272 – Prestação de contas dos administradores judiciais .....	84
1.273 – Sociedade e prestação de contas .....	85
1.274 – Ações matrimoniais e prestação de contas .....	86
1.275 – Prestação de contas entre condôminos .....	87
1.276 – Organização das contas .....	87
1.277 – Prova das contas .....	87
§ 207 – Ação de Exigir Contas	
1.278 – Ação de exigir contas .....	89
1.279 – Procedimento da primeira fase .....	89
1.280 – Reconvenção .....	90
1.281 – Sentença da primeira fase .....	90
1.282 – Procedimento da segunda fase .....	91
1.283 – Contas elaboradas pelo autor .....	92
1.284 – Sucumbência .....	94
§ 208 – Ação de Dar Contas	
1.285 – Caráter unitário do procedimento .....	96
1.286 – Procedimento .....	96
1.287 – Sucumbência .....	98
§ 209 – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas	
1.288 – Sentença e execução .....	99

### Capítulo LXII – Ações Possessórias

§ 210 – Generalidades	
1.289 – A posse e seus efeitos .....	103
1.290 – A razão da tutela possessória .....	104
1.291 – O instituto da posse e a paz social .....	105
1.292 – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório) .....	107
1.293 – Natureza jurídica da posse .....	108
1.294 – Requisitos da tutela possessória .....	111
§ 211 – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição	
1.295 – Origem dos interditos possessórios .....	114

1.296 – As ações possessórias.....	115
1.297 – Competência .....	116
1.298 – Legitimação ativa .....	116
1.299 – Legitimação passiva.....	116
1.299-a – Petição inicial .....	117
1.300 – Procedimento: as ações de força nova e força velha.....	118
1.301 – Medida liminar .....	118
1.302 – A decisão sobre a liminar .....	119
1.303 – Posse de coisas e posse de direitos.....	120
1.304 – O petitório e o possessório .....	122
1.305 – A exceção de propriedade no juízo possessório.....	124
1.306 – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro .....	126
1.307 – Natureza dúplice das ações possessórias .....	127
1.307-a – Liminar em favor do réu.....	128
1.308 – Natureza real das ações possessórias .....	130
1.309 – Natureza executiva do procedimento interdital .....	131
1.310 – Cumulação de pedidos .....	133
1.311 – Interdito proibitório .....	134
§ 212 – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos	
1.312 – Embargos de terceiro.....	135
1.313 – Medida liminar e mandado de segurança .....	136
1.314 – Embargos de retenção .....	137
1.315 – Nomeação à autoria e denunciação da lide .....	137

### Capítulo LXIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 213 – Generalidades	
1.316 – O direito de vizinhança e o direito de construir .....	143
1.317 – Nunciação de obra nova .....	144
1.318 – Conceito de obra nova .....	146
§ 214 – Procedimento da Nunciação de Obra Nova	
1.319 – Competência .....	148
1.320 – Legitimação ativa .....	148
1.321 – Legitimação passiva.....	150
1.322 – Participação do cônjuge .....	150
1.323 – Embargo extrajudicial .....	150
1.324 – Cumulação de pedidos .....	151
1.325 – Embargo liminar.....	152
1.326 – Prosseguimento da obra .....	153
1.327 – Especialização do rito da nunciação de obra nova.....	154
1.328 – Sentença e execução .....	154

### Capítulo LXIV – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 215 – Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva	
1.329 – Noção de usucapião .....	157
1.330 – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro.....	157
1.331 – Requisitos gerais do usucapião .....	158
1.332 – Requisitos do usucapião ordinário .....	163
1.333 – Requisitos do usucapião extraordinário .....	165
1.334 – Requisitos do usucapião especial.....	166

§ 216 – Condições de Procedibilidade	
1.335 – Legitimação ativa .....	168
1.336 – Legitimação passiva.....	170
1.337 – Competência .....	172
1.338 – Conexão e litispendência .....	173
§ 217 – Procedimento	
1.339 – Procedimento .....	174
1.340 – Petição inicial .....	174
1.341 – Citação .....	176
1.342 – Justificação preliminar.....	176
1.343 – Contestação.....	177
1.344 – Revelia.....	178
1.345 – Pendência de possessória.....	179
1.346 – Ministério Público.....	179
1.347 – Instrução e julgamento.....	179
1.348 – Sentença.....	180
1.349 – Coisa julgada .....	181
1.350 – Registro de Imóveis .....	181
1.351 – Usucapião como matéria de defesa .....	183

### Capítulo LXV – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 218 – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352 – Introito .....	185
1.353 – Noções gerais.....	185
1.354 – As ações divisórias.....	186
1.355 – Objeto do procedimento demarcatório e divisório .....	186
1.356 – Caráter unitário do procedimento .....	187
1.357 – Procedimento .....	188
1.358 – Citação única .....	188
1.359 – Natureza da ação.....	189
1.360 – Competência .....	190
1.361 – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação.....	190
1.362 – Competência em caso de ações propostas separadamente .....	191
§ 219 – Ação de Demarcação	
1.363 – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório.....	192
1.364 – Legitimação passiva para a demarcação.....	193
1.365 – Cumulação de demarcatória e reivindicatória .....	194
1.366 – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho .....	195
1.367 – Roteiro geral do procedimento demarcatório .....	196
§ 220 – Ação de Divisão	
1.368 – Legitimação ativa para o procedimento divisório .....	199
1.369 – Legitimação passiva para a divisão.....	201
1.370 – Litisconsórcio passivo necessário .....	202
1.371 – Posição dos confrontantes na divisão.....	203
1.372 – Roteiro geral do procedimento divisório.....	203
§ 221 – Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373 – Divisão e demarcação de posse .....	206

1.374 – Questões possessórias .....	207
1.375 – Coisa julgada .....	207
1.376 – Rescisão do julgado divisório .....	208
1.377 – Exceção de prescrição .....	209
1.378 – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária).....	210
1.379 – Formalidades importantes no juízo divisório.....	211
1.380 – Inépcia da petição inicial .....	212
1.381 – Execução de sentença .....	213

## Capítulo LXVI – Inventário e Partilha

### § 222 – Disposições Gerais

1.382 – Introito .....	219
1.383 – Caráter contencioso do inventário .....	220
1.383-a – Inventário e partilha por via administrativa .....	220
1.383-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial .....	222
1.383-c – Execução da partilha por via administrativa .....	224
1.384 – Inventário negativo .....	224
1.385 – Competência .....	225
1.386 – Universalidade do foro sucessório.....	226
1.387 – Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	226
1.388 – Administração da herança .....	227
1.389 – O inventariante.....	228
1.390 – Encargos do inventariante .....	229
1.391 – Remoção do inventariante.....	231
1.392 – Legitimação para promover o inventário.....	232

### § 223 – Inventário Judicial

1.393 – Procedimento .....	234
1.394 – Petição inicial .....	234
1.395 – Primeiras declarações .....	234
1.396 – Citações e interveniências.....	235
1.397 – Impugnação dos citados .....	236
1.398 – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante .....	237
1.399 – Avaliação.....	238
1.400 – Últimas declarações.....	239
1.401 – Cálculo do imposto <i>causa mortis</i> .....	239
1.402 – Colações .....	240
1.403 – Sonogados.....	242
1.404 – Pagamento de dívidas do morto .....	242

### § 224 – Partilha

1.405 – Espécies de partilha .....	244
1.406 – Partilha judicial. Deliberação .....	244
1.407 – Esboço e lançamento da partilha .....	246
1.408 – A sentença da partilha .....	247
1.409 – O formal de partilha .....	248
1.410 – Emenda ou retificação da partilha .....	248
1.411 – Pacto de não partilhar .....	249

### § 225 – Invalidação da Partilha

1.412 – Ação de anulação e ação rescisória de partilha .....	252
--	-----

1.413 – Conceituação de partilha judicial .....	252
1.414 – Conceituação de partilha amigável .....	254
1.415 – Casuísmo da rescisória de partilha .....	255
1.416 – Ação de nulidade de partilha .....	256
1.416-a – Ação de petição de herança .....	257
§ 226 – Arrolamento	
1.417 – Simplificação do inventário .....	259
1.418 – Arrolamento sumário do art. 1.031 .....	259
1.419 – Arrolamento comum do art. 1.036 .....	261
1.419-a – Lei nº 6.858, de 24.11.1980 .....	262
1.419-b – Inventário administrativo .....	262
§ 227 – Disposições Comuns	
1.420 – Medidas cautelares .....	263
1.421 – Sobrepartilha .....	264
1.422 – Curatela especial ao herdeiro .....	265
1.423 – Inventários cumulados .....	265
1.424 – Honorários de advogado .....	266
1.425 – Extinção do processo por paralisação da causa .....	266
1.426 – Assistência judiciária .....	267
1.427 – Terceiros prejudicados .....	267

#### Capítulo LXVII – Embargos de Terceiro

§ 228 – Generalidades	
1.428 – Conceito .....	275
1.429 – Natureza jurídica .....	276
1.430 – Requisitos .....	276
1.431 – Ato judicial atacável .....	278
1.432 – Penhora de bem alienado em fraude contra credores .....	279
1.433 – Casos especiais .....	280
1.434 – Embargos a atos do juízo divisório .....	280
1.435 – Embargos do credor com garantia real .....	281
§ 229 – Procedimento	
1.436 – Legitimação ativa .....	283
1.437 – Legitimação passiva .....	286
1.438 – Oportunidade .....	287
1.439 – Competência .....	287
1.440 – Procedimento .....	288
1.441 – Sentença .....	289

#### Capítulo LXVIII – Habilitação

§ 230 – Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442 – Conceito .....	293
1.443 – Legitimidade para requerer a habilitação .....	294
1.444 – Competência .....	294
1.445 – Procedimento .....	294
1.446 – Ação de habilitação .....	294
1.447 – Habilitação do adquirente e do cessionário .....	295
1.448 – Efeito do deferimento da habilitação .....	295



1.449 – Habilitação direta nos autos do processo principal.....	296
---	-----

#### Capítulo LXIX – Restauração de Autos

§ 231 – Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450 – Conceito .....	299
1.451 – Objetivo do procedimento .....	300
1.452 – Legitimidade.....	300
1.453 – Competência .....	300
1.454 – Procedimento .....	300
1.455 – Julgamento da restauração.....	301
1.456 – Autos extraviados no tribunal.....	301
1.457 – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos .....	302

#### Capítulo LXX – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio

§ 232 – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458 – Conceito.....	305
1.459 – Procedimento da execução do preço .....	305
1.460 – Procedimento da recuperação da própria coisa .....	306

#### Capítulo LXXI – O Juízo Arbitral

§ 233 – Procedimento da Arbitragem	
1.461 – O juízo arbitral no direito brasileiro.....	311
1.462 – Disposições gerais.....	312
1.463 – Convenção de arbitragem .....	313
1.464 – Cláusula compromissória.....	314
1.465 – Requisitos da cláusula compromissória.....	314
1.466 – Execução da cláusula compromissória .....	315
1.466-a – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia” .....	316
1.466-b – Direito intertemporal.....	317
1.467 – Autonomia da cláusula compromissória .....	318
1.468 – Compromisso arbitral .....	319
1.469 – Extinção do compromisso arbitral.....	320
1.470 – Os árbitros .....	320
1.471 – O procedimento .....	321
1.472 – Medidas cautelares.....	322
1.472-a – Sentença arbitral.....	323
1.472-b – Requisitos da sentença arbitral .....	323
1.472-c – Recursos .....	324
1.472-d – Nulidade da sentença arbitral.....	324
1.472-e – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	325
1.472-f – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro .....	327
1.472-g – Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	327

#### Capítulo LXXII – Ação Monitória

§ 234 – Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473 – Introito .....	329
1.474 – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo .....	329
1.475 – Em que consiste o procedimento monitorio .....	330
§ 235 – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476 – Condições de admissibilidade da ação monitoria .....	333
1.477 – O procedimento monitorio brasileiro.....	333

1.478 – Objeto .....	335
1.478-a – Competência.....	335
1.479 – Legitimidade ativa.....	336
1.480 – Legitimidade passiva .....	336
1.481 – Prova .....	338
1.482 – Procedimento .....	340
1.482-a – Monitória contra a Fazenda Pública.....	342
1.483 – Embargos à ação monitória .....	343
1.484 – Coisa julgada .....	344

## Parte XVII – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

### Capítulo LXXXIII – Jurisdição Voluntária

§ 236 – Generalidades	
1.485 – Introito .....	347
1.486 – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	348
1.486-a – Litigiosidade incidental.....	349
1.487 – A função do juiz .....	350
1.488 – Procedimentos.....	350

### Capítulo LXXXIV – Alienações Judiciais

§ 237 – Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489 – Alienações judiciais.....	353
1.490 – Alienações cautelares.....	353
1.491 – Iniciativa da medida.....	354
1.492 – Casos de alienação judicial expressos em lei.....	354
1.493 – Leilão.....	354
1.494 – Avaliação prévia.....	355
1.495 – Publicidade.....	355
1.496 – Arrematação.....	356
1.497 – Destino do produto da alienação .....	356
1.498 – Custódia do produto.....	356
1.499 – Outros bens alienáveis judicialmente .....	357
1.500 – Bens indivisíveis em inventário e partilha .....	357
1.501 – Bens de órfãos.....	358
1.502 – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio .....	358
1.503 – Alienação irregular do bem comum indivisível .....	359
1.504 – Procedimento especial da adjudicação.....	360

### Capítulo LXXXV – Divórcio Consensual

§ 238 – Procedimento do Divórcio Consensual	
1.504-a – Advertência.....	363
1.505 – Noções introdutórias.....	364
1.506 – Natureza jurídica.....	364
1.507 – Requisitos .....	364
1.508 – Legitimação .....	365
1.509 – Competência .....	365
1.510 – Petição inicial .....	365
1.511 – Procedimento .....	367
1.512 – Sentença de homologação .....	368
1.513 – Reconciliação do casal .....	368

1.514 – Revisão e rescisão do acordo de separação ou divórcio .....	369
1.514-a – Separação consensual e divórcio consensual por via administrativa .....	369
1.514-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais.....	371
1.514-c – Execução do acordo de separação ou divórcio ajustado por escritura pública .....	372

### Capítulo LXXVI – Testamentos e Codicilos

§ 239 – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515 – Objetivo do procedimento .....	375
1.516 – Competência .....	376
1.517 – Procedimento .....	376
1.518 – Sentença.....	376
1.519 – Efeitos.....	377
1.520 – Busca e apreensão .....	377
1.521 – Testamento público .....	377
1.522 – Testamento particular .....	377
1.523 – Procedimento .....	378
1.524 – Testamentos marítimo e militar e codicilo.....	380
1.525 – Testamenteiro.....	380

### Capítulo LXXVII – Herança Jacente

§ 240 – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
1.526 – Conceito moderno de jacência da herança.....	383
1.527 – Competência .....	383
1.528 – Legitimação.....	384
1.529 – Procedimento .....	384
1.530 – A administração da herança jacente.....	385
1.531 – Habilitação.....	385
1.532 – Declaração de vacância.....	386

### Capítulo LXXVIII – Bens de Ausente

§ 241 – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533 – Ausência.....	389
1.534 – Pressupostos .....	389
1.535 – Competência .....	389
1.536 – Fases do procedimento.....	390
1.537 – Procedimento da primeira fase.....	390
1.538 – Procedimento da sucessão provisória.....	390
1.539 – Conversão da sucessão provisória em definitiva.....	391

### Capítulo LXXIX – Coisas Vagas

§ 242 – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540 – Conceito.....	395
1.541 – Legitimação.....	395
1.542 – Competência .....	395
1.543 – Cabimento.....	396
1.544 – Procedimento.....	396

### Capítulo LXXX – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 243 – Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545 – Natureza jurídica da interdição.....	399

1.546 – Legitimado passivo .....	399
1.547 – Competência .....	399
1.548 – Legitimidade para promover a interdição .....	400
1.549 – Petição inicial .....	400
1.550 – Procedimento .....	401
1.551 – Sentença .....	402
1.552 – Eficácia da sentença sobre atos do interditando .....	402
1.553 – Rescisória .....	402
1.554 – Levantamento da interdição .....	403
1.555 – Investidura dos curadores .....	403
1.556 – Remoção de curador .....	403
1.557 – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador .....	404

### Capítulo LXXXI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 244 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558 – Conceito de fundação .....	407
1.559 – Procedimento da instituição da fundação .....	407
1.560 – Estatutos confiados à elaboração de terceiro .....	408
1.561 – Alteração do estatuto .....	408
1.562 – Extinção da fundação .....	409

### Capítulo LXXXII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 245 – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563 – Conceito de hipoteca legal .....	413
1.564 – Competência .....	414
1.565 – Legitimação .....	414
1.566 – Procedimento .....	414
1.567 – Bens insuficientes .....	415
1.568 – Especialização negocial .....	415
1.569 – Eficácia da hipoteca .....	415

## Parte XVIII – Juizado Especial Civil

### Capítulo LXXXIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 246 – Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570 – Introito .....	417
1.571 – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas? .....	418
1.572 – O Juizado Especial Civil .....	419
1.573 – Criação do Juizado Especial .....	420
1.574 – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil .....	420
1.575 – Princípios informativos .....	420
1.576 – Princípio da oralidade .....	421
1.577 – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial .....	421
1.578 – Conciliação .....	422
1.579 – A facultatividade do Juizado Especial .....	423
§ 247 – O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580 – Competência .....	424
1.581 – Foro competente .....	424

1.581-a – Conflito de competência.....	425
1.582 – Competência para execução forçada .....	425
1.583 – Limitações à competência.....	425
1.584 – O órgão julgante.....	426
1.585 – Distribuição de funções: tarefa do juiz.....	426
1.586 – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores .....	427
1.587 – O juízo arbitral .....	428
§ 248 – Partes	
1.588 – Legitimação <i>ad causam</i> .....	429
1.589 – Legitimação <i>ad processum</i> .....	429
1.590 – Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	430
1.591 – Intervenção do Ministério Público.....	431
§ 249 – Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592 – Os atos processuais e sua forma .....	432
1.593 – O procedimento .....	432
1.594 – A propositura da ação .....	433
1.595 – Citações e intimações.....	433
1.596 – Requisitos da citação.....	434
1.597 – Intimações .....	434
1.598 – A audiência de conciliação, instrução e julgamento .....	434
1.599 – A resposta do réu .....	435
1.600 – As provas.....	436
§ 250 – A Sentença e os Recursos	
1.601 – A sentença .....	437
1.602 – Recursos .....	437
1.602-a – Mandado de Segurança.....	439
1.602-b – Uniformização de jurisprudência .....	440
1.603 – Extinção do processo.....	440
§ 251 – Execução e Disposições Especiais	
1.604 – Execução forçada .....	442
1.605 – As despesas processuais no Juizado Especial Civil .....	443
1.606 – Curadorias e assistência judiciária .....	444
1.607 – Acordos extrajudiciais.....	444
1.608 – Ação rescisória .....	444
1.609 – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais .....	444
<b>Capítulo LXXXIV – O Juizado Especial Federal</b>	
§ 252 – As Pequenas Causas na Justiça Federal	
1.610 – A instituição do Juizado Especial Federal .....	447
1.611 – Disciplina legal .....	447
1.612 – Princípios informativos.....	447
1.613 – Competência absoluta.....	448
1.613-a – Conflito de competência.....	448
§ 253 – Órgão Julicante	
1.614 – Composição do órgão julgante .....	449
1.615 – Sessão de conciliação .....	449
1.616 – Competência .....	449
1.617 – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais.....	449

§ 254 – Partes	
1.618 – Legitimação .....	451
1.619 – Intervenção de terceiros e litisconsórcio.....	451
1.620 – Ministério Público .....	451
1.621 – <i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	451
§ 255 – Atos Processuais e Procedimento	
1.622 – Princípios.....	453
1.623 – Atos de comunicação processual .....	453
1.624 – Uso de meios eletrônicos.....	453
1.625 – Prazos.....	454
1.626 – Petição inicial .....	454
1.627 – Resposta .....	454
1.628 – Exceções .....	454
1.629 – Sessão de conciliação .....	454
1.630 – Instrução probatória.....	455
1.631 – A sentença e as máximas de experiência.....	455
1.632 – Reexame necessário .....	456
§ 256 – Sistema Recursal	
1.633 – Recursos no Juizado Especial .....	457
1.634 – Recurso especial e recurso extraordinário.....	457
1.635 – Incidente de uniformização de jurisprudência .....	458
§ 257 – Execução e Medidas Preventivas	
1.636 – Execução .....	459
1.637 – Medidas cautelares.....	459
1.638 – Antecipação de tutela .....	460

### Capítulo LXXXV – Os Juizados Especiais da Fazenda Pública

§ 258 – As Pequenas Causas da Fazenda Pública no Âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios	
1.638-a – A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	463
1.638-b – Disciplina legal .....	463
1.638-c – Competência absoluta.....	464
§ 259 – Órgão Judicante	
1.638-d – Composição do órgão judicante .....	465
1.638-e – Competência.....	465
§ 260 – Partes	
1.638-f – Legitimação.....	467
1.638-g – Ministério Público .....	467
1.638-h – Representação das partes.....	467
§ 261 – Atos Processuais e Procedimento	
1.638-i – Atos de comunicação processual e prazos .....	468
1.638-j – Petição inicial, citação e resposta.....	468
1.638-k – Audiência de conciliação.....	468
1.638-l – Instrução probatória.....	469
1.638-m – Sentença e recurso de ofício .....	469
1.638-n – Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	469
§ 262 – Sistema Recursal	
1.638-o – Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	470

1.638-p – Uniformização de jurisprudência .....	470
1.638-q – Causas repetitivas .....	471
1.638-r – Medidas de urgência.....	471
§ 263 – Sistema de Execução de Sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	
1.638-s – Cumprimento da sentença .....	472
1.638-t – Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....	472
1.638-u – Obrigações de quantia certa .....	472

### Parte XIX – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados fora do Código de Processo Civil

#### Capítulo LXXXVI – Ações Constitucionais

§ 264 – A Constituição e o Processo	
1.639 – O direito processual constitucional.....	475
1.640 – Os fundamentos do direito processual constitucional.....	475
§ 265 – Mandado de Segurança	
1.641 – Conceito.....	477
1.642 – Natureza da ação.....	477
1.643 – Legitimação ativa .....	478
1.644 – Legitimação passiva.....	478
1.644-a – Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança.....	481
1.645 – Ato de autoridade judicial.....	481
1.645-a – Ato sujeito a recurso administrativo.....	482
1.646 – Litisconsórcio .....	482
1.646-a – Assistência .....	483
1.647 – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	483
1.648 – Procedimento .....	484
1.648-a – Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante.....	485
1.649 – Liminar .....	485
1.650 – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança .....	487
1.651 – Competência .....	487
1.651-a – Desistência do mandado de segurança .....	488
1.652 – Sentença e coisa julgada .....	489
1.652-a – Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009 .....	490
§ 266 – Mandado de Segurança Coletivo	
1.653 – Conceito.....	494
1.653-a – Direitos coletivos e direitos difusos.....	494
1.654 – Legitimação ativa .....	495
1.655 – Legitimação passiva.....	496
1.656 – Procedimento e competência.....	497
1.656-a – Liminar .....	497
§ 267 – Mandado de Injunção	
1.657 – Conceito.....	499
1.658 – Objeto .....	499
1.659 – Pressupostos .....	500
1.660 – Legitimação .....	501
1.661 – Competência .....	501
1.662 – Procedimento .....	502

§ 268 – <i>Habeas Data</i>	
1.663 – Conceito .....	504
1.664 – Natureza jurídica .....	504
1.665 – Legitimidade e interesse .....	505
1.666 – Objeto do <i>habeas data</i> .....	505
1.667 – Competência .....	506
1.668 – Procedimento .....	506
1.669 – Cumprimento da sentença .....	507
1.670 – Coisa julgada .....	507
§ 269 – Ação Popular	
1.671 – Conceito .....	509
1.672 – Requisitos .....	509
1.673 – Atos atacáveis pela ação popular .....	510
1.674 – Legitimação .....	510
1.675 – Procedimento .....	511
1.676 – Sentença .....	511
1.677 – Coisa julgada .....	512
1.678 – Execução .....	512
1.678-a – Prescrição .....	512

#### Capítulo LXXXVII – Ações Coletivas

§ 270 – Ação Civil Pública e outras Ações Coletivas	
1.679 – Histórico .....	515
1.680 – Direito material coletivo e direito processual coletivo .....	516
1.681 – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública .....	516
1.681-a – Objeto da ação civil pública .....	517
1.682 – Ações coletivas possíveis após o CDC .....	518
1.683 – Legitimação .....	519
1.683-a – Ação coletiva por meio de associação .....	520
1.683-b – Ações coletivas promovidas por sindicatos .....	521
1.684 – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos .....	522
1.684-a – Inquérito civil .....	525
1.685 – Competência .....	526
1.686 – Procedimento .....	526
1.687 – Liminar .....	527
1.688 – Coisa julgada .....	527
1.689 – Execução .....	528

#### Capítulo LXXXVIII – Ações Locatícias

§ 271 – Generalidades	
1.690 – Dos procedimentos e suas disposições gerais .....	531
1.691 – Tramitação durante as férias forenses .....	532
1.692 – Competência do <i>forum rei sitae</i> .....	532
1.693 – Valor da causa .....	532
1.694 – Atos de comunicação processual .....	533
1.695 – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias .....	533
§ 272 – Ação de Despejo	
1.696 – Natureza .....	535
1.697 – A força executiva do procedimento .....	536
1.698 – A liminar na ação de despejo .....	537
1.699 – Legitimação .....	538



1.700 – Documentação da petição inicial.....	538
1.701 – Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	539
1.702 – Denúncia vazia.....	539
1.703 – Denúncia cheia.....	540
§ 273 – Ação de Despejo por Falta de Pagamento	
1.704 – Cabimento.....	542
1.705 – Consequência da cumulação de pedidos.....	542
1.706 – Purga da mora.....	543
1.707 – Reiteração abusiva da purga da mora.....	544
1.708 – Purga da mora e contestação.....	544
§ 274 – Execução da Sentença de Despejo	
1.709 – Desocupação voluntária.....	547
1.710 – Execução forçada.....	547
1.711 – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	548
1.712 – Execução provisória e caução.....	548
1.713 – Abandono do imóvel pelo locatário.....	549
§ 275 – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	
1.714 – Cabimento.....	550
1.715 – Legitimação.....	550
1.716 – Pressupostos.....	551
1.717 – Procedimento.....	551
1.718 – Petição inicial.....	551
1.719 – Depósito judicial.....	551
1.720 – Prestações vincendas.....	552
1.721 – Revelia.....	552
1.722 – Contestação.....	552
1.723 – Reconvenção.....	552
1.724 – Complementação do depósito após a contestação.....	553
1.725 – Levantamento do depósito.....	553
§ 276 – Ação Revisional de Aluguel	
1.726 – Cabimento.....	555
1.727 – Natureza.....	555
1.728 – Legitimação.....	555
1.729 – Procedimento.....	555
1.730 – Petição inicial.....	556
1.731 – Aluguel provisório.....	557
1.732 – Contestação.....	558
1.733 – Sentença.....	558
1.734 – Verbas de sucumbência.....	559
1.735 – Execução de sentença.....	559
1.736 – Acordo de desocupação.....	559
§ 277 – Ação Renovatória	
1.737 – Cabimento.....	561
1.738 – Natureza jurídica.....	562
1.739 – Legitimação.....	562
1.740 – Procedimento.....	563
1.741 – Petição inicial.....	563
1.742 – A defesa do locador.....	566

1.743 – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais .....	566
1.744 – Defesa baseada no valor real da locação .....	566
1.745 – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro .....	567
1.746 – Retomada para construção ou reconstrução .....	567
1.747 – Retomada para uso próprio .....	568
1.748 – Aluguel provisório .....	568
1.749 – Sentença .....	568
1.750 – Sentença de retomada .....	569
1.751 – Execução de sentença .....	570
1.752 – Indenização de perdas e danos .....	571
 <b>Capítulo LXXXIX – Ações Decorrentes de <i>Leasing</i> e Alienação Fiduciária</b>	
§ 278 – Alienação Fiduciária em Garantia	
1.753 – Introdução .....	573
1.754 – Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis) .....	574
1.755 – Busca e apreensão .....	575
1.756 – Ação de depósito .....	577
1.757 – Ação de execução .....	577
1.758 – Execução da alienação fiduciária de bem imóvel .....	578
 § 279 – Arrendamento Mercantil ( <i>Leasing</i> )	
1.759 – Noção de arrendamento mercantil .....	583
1.760 – Ações decorrentes do <i>leasing</i> .....	583
1.761 – Aspecto tributário .....	585
Bibliografia .....	587
Índice Onomástico .....	597
Índice Alfabético de Assuntos .....	601
Índice dos Fluxogramas .....	623